



Publicado em 27/05/2026 - 19:40

Câmara de São Caetano abre processo que pode levar à cassação de vereador por suposto uso de funcionários fantasmas; parlamentar alega 'perseguição política'

Matheus Gianello (PL) é investigado pelo Ministério Público desde o ano passado. Parlamentar terá 90 dias para se defender em comissão.

Por Rodrigo Rodrigues, g1 SP — São Paulo

A Câmara Municipal de São Caetano do Sul, na Grande São Paulo, aprovou na terça-feira (26) o prosseguimento de um processo no Conselho de Ética para investigar o vereador Matheus Gianello (PL), acusado de manter funcionários fantasmas em seu gabinete.

A admissibilidade do processo, que pode levar à cassação do mandato dele, foi aceita por 19 votos a dois. Os únicos votos contrários à investigação contra o parlamentar do PL foram dos vereadores Getúlio Filho (União Brasil) e Olyntho Voltarelli (PSD).

Procurado pelo g1, o vereador do PL se disse vítima de perseguição política da base do governo do prefeito Tite Campanella (Republicanos), que foi expulso do partido no último mês de abril.

Gianello também disse que a investigação do MP não levou em consideração o homeoffice autorizado pela Casa Legislativa. A reportagem procurou o MP paulista para saber em que situação está o inquérito contra o parlamentar, mas não recebeu retorno até a última atualização desta reportagem. (veja vídeo acima).

Por estar impedido de votar, Gianello foi substituído pela primeira suplente de seu partido, Dra. Anny, que tomou posse e participou apenas da votação do recebimento da denúncia.

Segundo o Legislativo da cidade, após a admissibilidade do processo, foi sorteada a comissão processante que analisará a denúncia contra o vereador, que também

é alvo do Ministério Público de São Paulo.

A comissão terá 90 dias para produzir um relatório sobre a situação dos supostos funcionários fantasmas com direito de defesa preliminar do parlamentar.

Farão parte da comissão os vereadores Cicinho Moreira (PL), eleito presidente da comissão; professor Jander Lira (PSB), escolhido relator do caso; e Dr. Seraphim (PL), membro e presidente do Poder Legislativo da cidade.

O que disse o vereador

Em vídeo enviado ao g1, Matheus Gianello afirmou que o processo foi aberto por ele ter se tornado o principal opositor do atual prefeito. (Veja acima).

Tite Campanella foi eleito pelo PL em 2024, com apoio do ex-prefeito José Auricchio Júnior (PSD), cujo filho, o deputado estadual Thiago Auricchio, é o principal nome do PL na cidade.

Após romper com Auricchio, Tite Campanella foi expulso do PL no mês de abril por criticar o senador Marcos Pontes, seu ex-colega de partido.

“Está clara aqui a perseguição política que eu tô vivendo. Duas semanas depois de sofrer agressões físicas por parte de um vereador da base governista, agora o governo tira da cartola um fato totalmente legal pra tentar caçar o meu mandato. O que que acontece? Em outubro do ano passado, a gente sofreu uma denúncia no Ministério Público falando que no meu gabinete tinham assessores fantasmas. Só que essa denúncia não levou em consideração a possibilidade do teletrabalho, do home office”, afirmou.

"Na Câmara, nós recebemos para os funcionários que realmente só trabalham no computador, laptop, ou seja, induzindo que você leve o computador pra lá e pra cá. E também, em 21 de novembro de 2024, ficou instituído que a prioridade dentro da Câmara Municipal de São Caetano do Sul é o home office, o teletrabalho. Infelizmente, esse conceito, que é dotado em várias empresas, ele não é entendido por algumas pessoas ainda, né?", declarou.

Matheus Gianello também diz que a abertura de inquérito contra ele é consequência da denúncia feita pela vice-prefeita da cidade, Regina Maura (PSD), sua aliada – contra o atual prefeito, por suposta violência de gênero, investigada pela Justiça Eleitoral. (Veja mais aqui.)

“Tudo mostra que a base governista, ao aceitar uma denúncia que não tem nada a ver com quebra de decoro ou não da minha parte, apenas para tentar sujar a minha imagem”, declarou. E acrescentou ter "clareza na Justiça" e que "tudo vai acontecer de forma legal e vai mostrar, em águas cristalinas, a verdade”.

Investigação do MP

O g1 teve acesso ao inquérito civil público, aberto no Ministério Público de São Paulo em maio do ano passado, em que Gianello é acusado de manter ao menos dois funcionários supostamente fantasmas em seu gabinete na Câmara de São Caetano.

Através de uma denúncia anônima, os promotores averiguaram que a chefe de gabinete do parlamentar do PL esteve em viagem à Europa em período de trabalho.

Fotos postadas pela funcionária mostram uma viagem a Roma, na Itália, em período de trabalho. Ela tinha o salário de R\$ 18.225,00 por mês e foi exonerada do cargo, segundo disse o próprio vereador, assim que ele tomou conhecimento da viagem dela à capital italiana.

Outro caso é o do assessor com salário de R\$ 16.571,56 e também foi apontado pela denúncia anônima de não comparecer à Câmara Municipal.

Segundo o vereador disse ao g1, o próprio assessor pediu para deixar o gabinete na época da denúncia no MP e alegou que ele trabalhava em regime de homeoffice.

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/05/27/camara-de-sao-caetano-abre-processo-que-pode-levar-a-cassacao-de-vereador-por-suposto-uso-de-funcionarios-fantasmas-parlamentar-alega-perseguiacao-politica.ghtml>

Veículo: Online -> Portal -> Portal G1